

Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX

SIGMA – Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal

ALVES, Daniel R.

Resumo

As freguesias de Lisboa sofreram profundas alterações ao longo dos séculos XIX e XX. Não só foram alteradas em número, mas também na sua dimensão geográfica. A última grande reforma, datada de 1959, modificou de tal forma os contornos das freguesias lisboetas que inviabiliza a utilização dos contornos actuais para a realização de estudos no passado. Procurando dar resposta a esta problemática e com base em cartografia histórica, foram desenhadas as freguesias em três períodos (1826, 1852 e 1909) sendo incluídas num sistema de informação geográfica, o que possibilita não só a análise da evolução administrativa da capital, mas também o estudo de muitas variáveis históricas, de base paroquial, para todo o século XIX e início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: História, Cartografia, Século XIX, Divisão Administrativa, Freguesias, Lisboa.

INTRODUÇÃO

O conhecimento da divisão administrativa nacional é fundamental em muitos sectores de actividade e a investigação em Ciências Sociais não foge à regra. No caso específico da História Contemporânea a compreensão dessa realidade torna-se mesmo essencial devido às alterações que a organização do território sofreu nos dois últimos séculos e às consequentes dificuldades que esse factor acarretou ao nível da comparação de dados ao longo do tempo.

Para Lisboa, esta perspectiva é ainda mais clara, como é atestado pela evolução demográfica registada nos séculos XIX e XX, pelo consequente crescimento da capital e pelas modificações que a sua estrutura administrativa foi sofrendo. Para tal basta recordar a drástica diminuição do concelho de Lisboa e a criação dos concelhos de Belém e Olivais realizadas em meados de oitocentos, ou a profunda reordenação dos limites das freguesias da cidade levada a efeito em meados do século passado.

Todas estas alterações colocam ao historiador sérios problemas metodológicos na abordagem da história de Lisboa, não só ao nível do desconhecimento do número exacto das suas freguesias em cada momento histórico, mas essencialmente no que diz respeito aos seus limites. Se para o resto do país se pode falar de algo semelhante, as mudanças radicais na divisão territorial registadas na capital tornam a resolução destes problemas muito mais difícil, mas também mais estimulante.

O trabalho que agora se apresenta corresponde a uma resposta possível à problemática enunciada e está integrado num projecto de investigação mais amplo, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sediado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, intitulado SIGMA - Sistemas de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal, sob a orientação científica do Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira[1]. O desenvolvimento da metodologia e uma parte do desenho dos mapas apresentados foram realizados com a ajuda da Dr.^a Sofia Lucas Martins, a quem se agradece a valiosa colaboração.

O objectivo foi reconstituir a divisão administrativa da cidade de Lisboa, ao nível das freguesias, ao longo do século XIX. Trabalho realizado com base na utilização de um SIG e de cartografia digital actual, em formato vectorial, tanto ao nível das freguesias, como dos eixos viários da cidade [2].

AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DE LISBOA

As alterações aos limites das freguesias de alguns dos principais centros urbanos portugueses, ocorridas nos dois últimos séculos, fruto do desenvolvimento demográfico e urbanístico registado, dificultam a tarefa de reconstituição histórica das suas antigas circunscrições. No caso das freguesias que não constituíam centros urbanos desenvolvidos – e para o século XIX em Portugal falamos da quase totalidade do território – é possível utilizar o método retrospectivo sem criar grandes

problemas, nem introduzir um nível de erro muito elevado, pois, ao contrário das primeiras, é conhecida a sua relativa estabilidade, tanto ao nível do número, como dos seus limites [3].

Quando falamos de Lisboa as dificuldades aumentam de modo significativo. A cidade e o respectivo concelho foram sofrendo, ao longo destes dois últimos séculos, algumas reformas que criaram muitos obstáculos à tarefa de reconstituição dos seus antigos limites. As mais importantes registaram-se em 1852, em 1885/1886, em 1895 e, já no século XX, em 1959.

Na primeira metade do século XIX Lisboa tinha 70 freguesias, num concelho que abrangia, para Norte, parte dos actuais concelhos de Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço e, para oeste, parte de Oeiras e a Amadora. Em meados da centúria, pelo decreto de 11 de Setembro de 1852 o concelho foi alterado de forma substancial, ficando reduzido à linha da circunvalação, então criada, cujos limites não ultrapassavam as actuais Rua Maria Pia (a Oeste), Av. Duque de Ávila (a Norte) ou Rua Morais Soares (a Este). Nesta altura contava com 34 freguesias. Esta nova circunscrição manteve-se até 1885, altura em que Lisboa expandiu o seu território até aos limites do actual concelho, em virtude do decreto de 18 de Julho desse ano que criou nova circunvalação, passando Lisboa a ter 44 freguesias. No ano seguinte, em decreto datado de 22 de Julho, a capital cresceu ainda mais com a incorporação de Sacavém e Camarate, que farão parte do município lisboeta apenas até 1895, quando, por decreto de 26 de Setembro, foram de novo desanexadas e incorporadas no concelho de Loures. Com ligeiras alterações, o concelho de Lisboa que conhecemos hoje em dia resulta deste último decreto [figura 1].

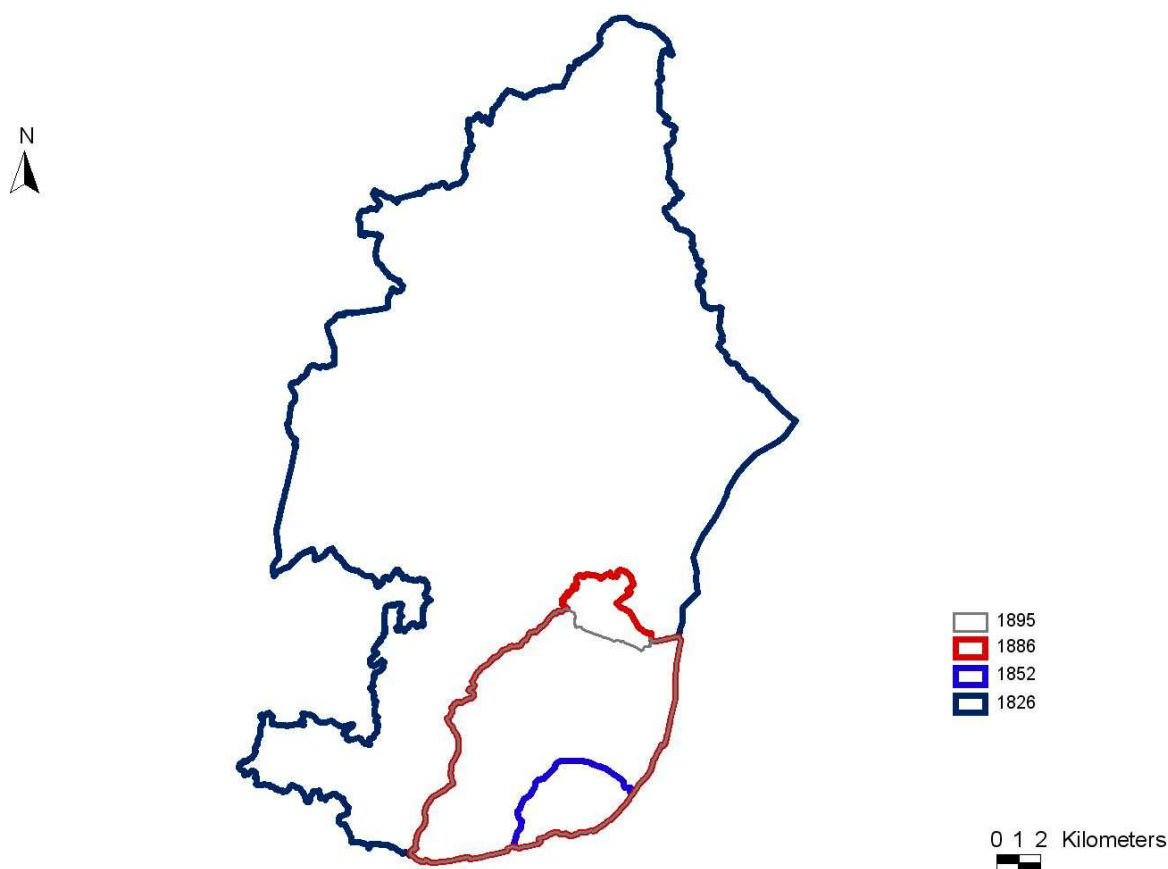


Figura 1. Evolução do concelho de Lisboa no século XIX.

Como podemos observar, o século XIX foi fértil em modificações na circunscrição administrativa de Lisboa. Porém, as alterações até agora referidas não colocam grandes problemas quando procuramos reconstituir os limites do concelho nas diferentes épocas. O mesmo já não podemos afirmar quanto às freguesias. Sabemos que os seus limites se mantiveram relativamente estáveis ao longo de oitocentos, apesar das repetidas reformas administrativas [4]. No caso das freguesias urbanas, os mesmos foram estabelecidos em 1780, por decreto de 19 de Abril, na sequência das alterações urbanísticas resultantes do Terramoto de 1755. Porém, em meados do século XX este quadro de estabilidade foi brusca e radicalmente alterado.

A reforma introduzida pelo decreto de 7 de Fevereiro de 1959 foi efectivamente “radical”. No seu preâmbulo são apresentadas as razões de ser de tal alteração, que se prendiam com o aumento populacional da cidade, registado entre 1900 e 1950, e com o desenvolvimento urbanístico da mesma. As freguesias antigas já não correspondiam ao traçado urbano da capital: havia novos “bairros e quarteirões cortados a meio por linhas divisórias” das antigas freguesias; para além disso a criação de paróquias novas ao longo da primeira metade do século XX levou a que deixasse de haver “correspondência entre a divisão civil e eclesíastica”. Por tudo isto impunha-se uma reforma classificada no próprio decreto como “a mais profunda de quantas têm alterado a fisionomia paroquial de Lisboa.” [5]

As novas freguesias criadas e as modificações efectuadas nos limites das que permaneceram representaram um verdadeiro corte com o passado. As freguesias que conhecemos actualmente resultam, *grosso modo*, desta reforma e depois dela deixou de haver qualquer correspondência entre as circunscrições actuais e as antigas. É precisamente este facto que inviabiliza uma reconstituição retrospectiva das freguesias de Lisboa através da agregação de unidades geográficas, metodologia que foi utilizada, no âmbito do projecto referido, para a quase totalidade do território nacional [6].

Apresentam-se apenas três exemplos de freguesias alteradas em 1959, mas que ilustram bem as dificuldades apontadas: são os casos de S. Sebastião da Pedreira, S. Catarina e Anjos [figura 2].

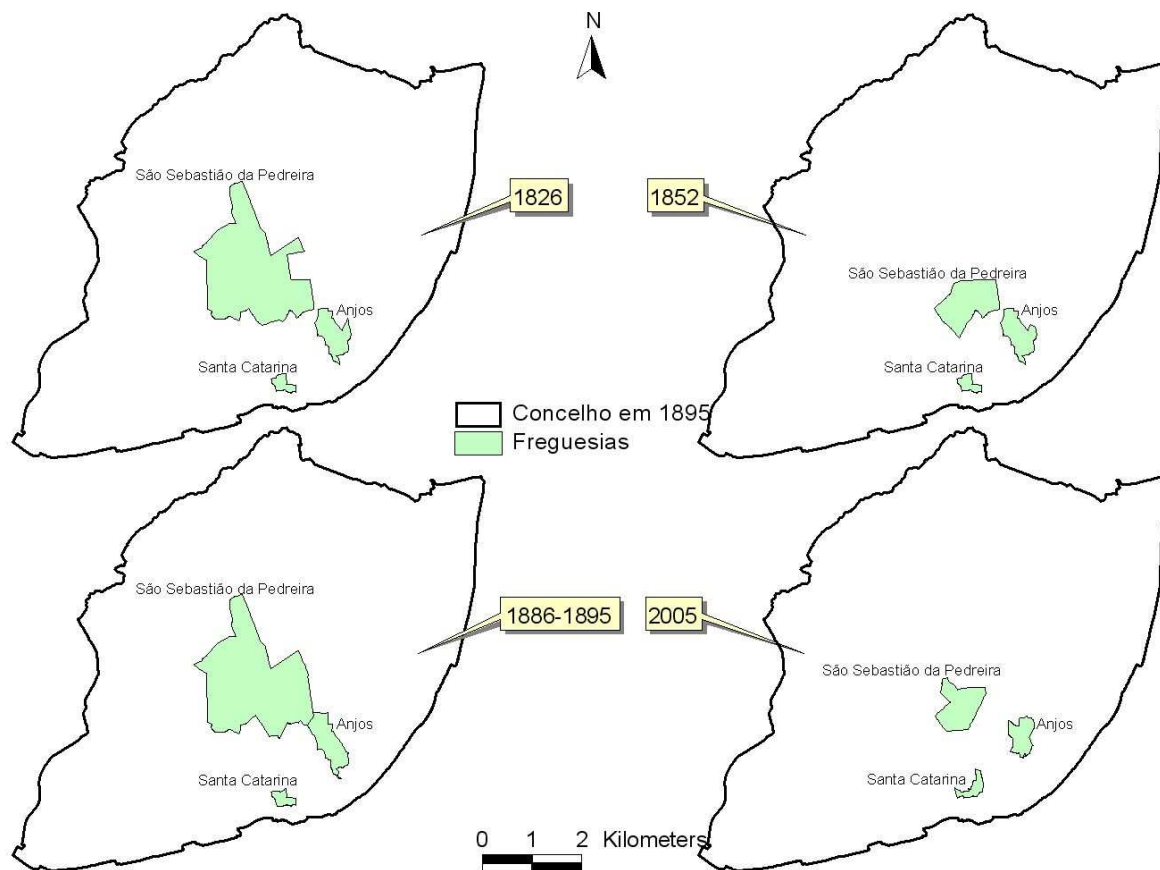


Figura 2. Alterações nos limites das freguesias de Anjos, S. Catarina e S. Sebastião entre 1826 e 2005.

AS FREGUESIAS DE LISBOA NO SÉCULO XIX

Conhecendo todas estas alterações e reconhecendo as suas implicações, era óbvio que para a capital não podia ser empregue a mesma metodologia, com o risco de se criar um nível de erro elevado. Havia a necessidade de partir do zero e desenhar as freguesias com base em fontes cartográficas da época. Este trabalho não era contudo original, já tinha havido tentativas de o levar por diante. Teresa Rodrigues e Maria Alexandre Lousada, para citar os esforços mais recentes, também procuraram reconstituir as freguesias de Lisboa no século XIX. No primeiro caso através da metodologia retrospectiva, utilizando os limites actuais e agregando as freguesias para formar o que se supunha ser o território das antigas paróquias [7]. Como é óbvio, até pelo que foi exposto anteriormente, o desenho das freguesias obtido para o século XIX é claramente especulativo. A segunda investigadora optou pelo recurso à cartografia da época para desenhar as freguesias urbanas em 1826, obtendo limites que se aproximam muito dos que aqui se apresentam. Contudo, limitou-se ao período do início do século e apenas às freguesias urbanas[8].

1. Fontes e metodologia

A metodologia usada no projecto SIGMA tem alguns pontos de contacto com a que foi utilizada por Maria Alexandre Lousada, mas recorre às tecnologias de CAD, SIG e bases de dados relacionais. Para além disso, não nos limitámos ao desenho de uma carta, representativa de apenas um parte do século XIX, mas foi possível desenhar as freguesias de Lisboa em três momentos cruciais da sua evolução: 1826 (a Lisboa de Antigo Regime, antes das reformas liberais), 1864 (a Lisboa de meados do século, poucos anos depois de ser reduzida a área do seu concelho) e 1909 (a Lisboa herdeira das reformas de 1885/86 e 1895 que estabeleceram os limites concelhios actuais). Outra diferença significativa, reside no facto de termos reconstituído todas as freguesias antigas, urbanas e rurais, cuja área se encontrava dentro dos limites do actual concelho.

O primeiro passo foi procurar nos diferentes arquivos da capital as fontes necessárias à reconstituição do traçado das freguesias. O espólio de cartas representando a capital é, em grande parte, conhecido, fruto, em boa medida, dos

trabalhos de Augusto Vieira da Silva [9] e de algumas exposições recentes sobre cartografia histórica [10]. Partindo das indicações dessas obras foram consultados os seguintes arquivos e instituições: o Arquivo Militar (Arma de Engenharia), o Arquivo Municipal de Lisboa (Arco do Cego), a Biblioteca Nacional, o Gabinete de Estudos Olisiponenses, o Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, o Instituto Geográfico Português, o Museu da Cidade e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

O objectivo era encontrar cartas que para além do traçado urbano da capital tivessem, igualmente, desenhados os limites das suas freguesias. A pesquisa foi bem sucedida e de todas as cartas encontradas foram seleccionadas cinco: três [11] com o desenho das freguesias nos momentos atrás referidos e outras duas [12] que serviram de auxiliares para a resolução de dúvidas e melhor identificação dos eixos viários.

Os mapas com as freguesias de Lisboa em 1826, 1864 e 1909 foram depois reconstituídos num SIG, com o auxílio das ferramentas de CAD e análise espacial do ArcView e de algumas das suas extensões [13]. Foram utilizadas como base de trabalho as cartas digitais dos eixos viários de Lisboa e das freguesias do continente, ambas em formato vectorial, mas que tinham escalas e sistemas de projecção diferentes. Foi necessário proceder à compatibilização destas cartas através de duas extensões: a extensão "Projeções de Portugal", que possibilitou a conversão do sistema de projecção da carta dos *Eixos das Vias de Lisboa*; e a extensão "ShapeWarp", com a qual se procurou ajustar os limites desta carta com a *Carta Administrativa Oficial de Portugal*.

Deste processo resultaram algumas distorções na carta dos eixos viários, não sendo a nova versão gerada totalmente compatível com os limites do actual concelho, em particular no que à zona ribeirinha diz respeito. No entanto, este nível de erro, que é assumido, não inviabiliza, a nosso ver, a realização da tarefa proposta, pois o que se pretende é uma carta das freguesias e não uma qualquer reconstituição dos antigos eixos viários da capital, com todo o rigor que isso implicaria.

Concluída a tarefa de compatibilização das cartas, foram depois apagados todos os polígonos correspondentes às freguesias actuais do concelho de Lisboa, de forma a obter-se uma zona de trabalho apenas com as ruas da capital, com base nas quais seriam desenhados os limites das antigas freguesias [figura 3].

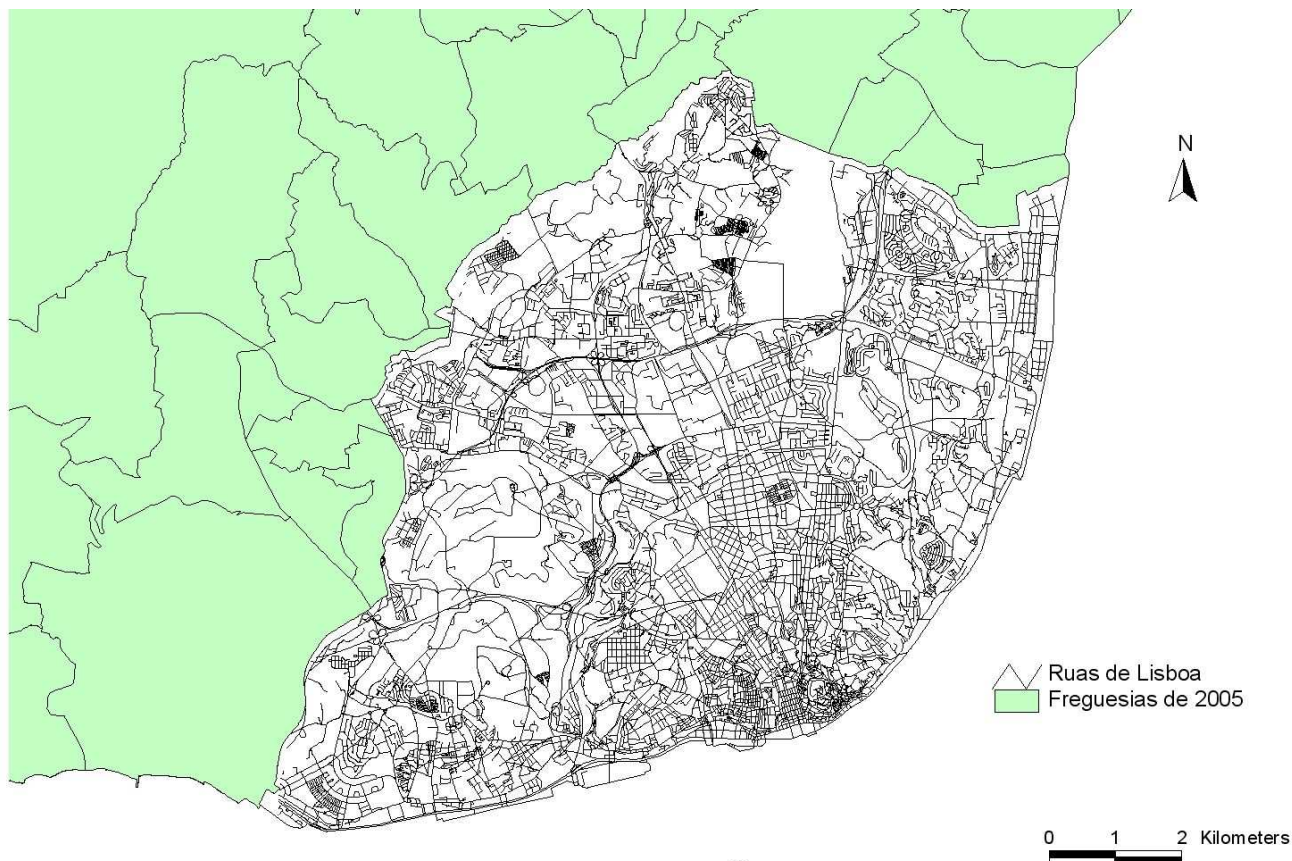


Figura 3. Desenho das freguesias de Lisboa (carta de trabalho)

O passo seguinte foi consultar as cartas históricas e procurar identificar na carta dos *Eixos das Vias de Lisboa* as ruas antigas que serviam de limite entre as diferentes freguesias, recorrendo por vezes a antigos roteiros [14] e ao precioso auxiliar que é a, já citada, *Carta Topographica da Cidade de Lisboa...* de Filipe Folque. Na carta dos *Eixos das Vias de Lisboa* foram sendo seleccionadas as ruas actuais correspondentes por forma a definir a circunscrição das freguesias antigas.

Este processo foi bastante complexo e moroso pois nem sempre era fácil a identificação das ruas antigas com as actuais, uma vez que o crescimento da cidade, nos dois últimos séculos, alterou a fisionomia de algumas e fez desaparecer muitas outras. Em alguns casos houve necessidade de desenhar limites que não correspondiam a ruas actuais, no fundo criando as incongruências apontadas pelo decreto de 1959 e que faziam as antigas freguesias cortar bairros, habitações e eixos viários. No final obteve-se um conjunto de linhas seleccionadas e/ou desenhadas que foram transformadas em polígonos independentes através da extensão "Xtools". Cada polígono correspondia agora a uma freguesia antiga, sendo o método adoptado para as três cartas históricas, para os três momentos da evolução de Lisboa no século XIX [figura 4].

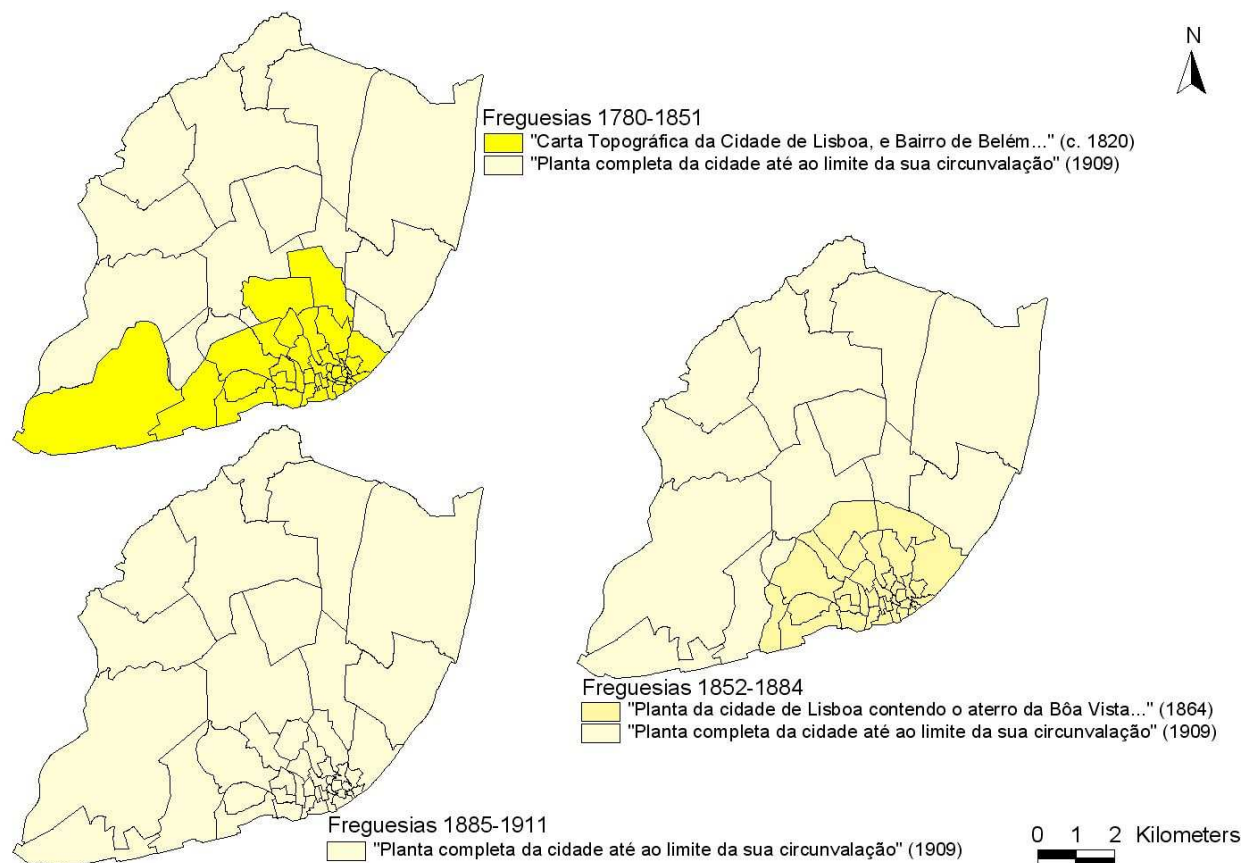


Figura 4. Desenho das freguesias de Lisboa entre 1780 e 1911

Contudo, as cartas históricas utilizadas nos dois primeiros momentos, 1826 e 1864, como se pode constatar pela figura 4, não representavam a totalidade do actual concelho (o que só acontece com a carta de 1909), mas somente as freguesias, na altura, consideradas como urbanas. Tal facto colocou-nos perante o problema de, para grande parte do século XIX, até 1885, desconhecermos os limites das freguesias "rurais". Pela análise das várias fases de evolução das freguesias apercebemo-nos que as diferenças nos limites das que eram comuns a todas as cartas eram mínimas, por vezes, apenas de uma ou duas ruas. Isto levou-nos a colocar a hipótese de que o mesmo poderia acontecer com as restantes, para as quais já tínhamos o desenho para 1909.

Nesse sentido e procurando confirmar a hipótese levantada restava-nos procurar confirmar retrospectivamente os limites de 1909. A solução passou pela consulta de fontes fiscais da cidade do primeiro terço do século XIX, os chamados *Livros das Décimas*. Estes contêm, para cada freguesia, os nomes dos contribuintes, as suas propriedades e o valor das décimas, tudo organizado por ruas. Assim, foi possível confrontar as que eram aí indicadas com as que tinham sido seleccionadas para desenhar as freguesias de 1909 e verificar que, na maior parte dos casos, os limites das freguesias nesta carta eram coincidentes com os referidos nas fontes do início do século XIX ou variavam de forma igualmente ligeira [15].

Feita esta análise, apesar de, em casos meramente pontuais, podermos estar a cometer ligeiros erros na definição dos limites, concluímos que, tendo em conta a inexistência de outras fontes cartográficas, o mais correcto seria assumir as freguesias "rurais" de 1909 para todo o século XIX, alterando em cada um dos períodos as freguesias "urbanas" para as quais tínhamos fontes específicas. Para as freguesias exteriores à área do actual concelho foi utilizada a metodologia retrospectiva de união de freguesias actuais, não tendo sido feita qualquer outra alteração aos seus limites.

Como é óbvio, a qualidade e o rigor das cartas elaboradas são ainda o resultado de dois factores que importa destacar. Alguma incerteza ou incorrecção na definição dos limites das freguesias resultam, por um lado, das próprias fontes que, nas palavras de Vieira da Silva, "pelo que diz respeito a épocas antigas não nos fornecem sempre os elementos claros e

indispensáveis” à realização daquele trabalho [16]. Por outro lado, tendo em conta, por vezes, a falta de clareza das cartas, resultante das reduzidas escalas ou do quase desaparecimento de algumas linhas de demarcação, outras incorrecções derivam, certamente, de escolhas e opções tomadas por quem tinha a incumbência de levar a bom porto uma tarefa complexa e, em muitos pontos, inovadora sem naufragar num mar de indecisões. Neste particular, uma vez mais se agradece a preciosa colaboração da Dr.^a Sofia Lucas Martins.

2. Lisboa antes do Liberalismo

Para representar a Lisboa da primeira metade do século XIX [figuras 4 e 5] foi utilizada uma versão do conhecido mapa de Duarte José Fava de 1807, reproduzida, provavelmente, cerca de 1820 e guardada no Arquivo Militar, com o título *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, e Bairro de Belém, até à Bateria do Bom Sucesso, levantada pelos oficiais do Real Corpo de Engenheiros Luís António de Mello, capitão, e os 1.^{os} Tenentes João Pedro Duarte Pereira, e João Damasceno da Cunha Pinto. Copiado no Real Archivo Militar.*

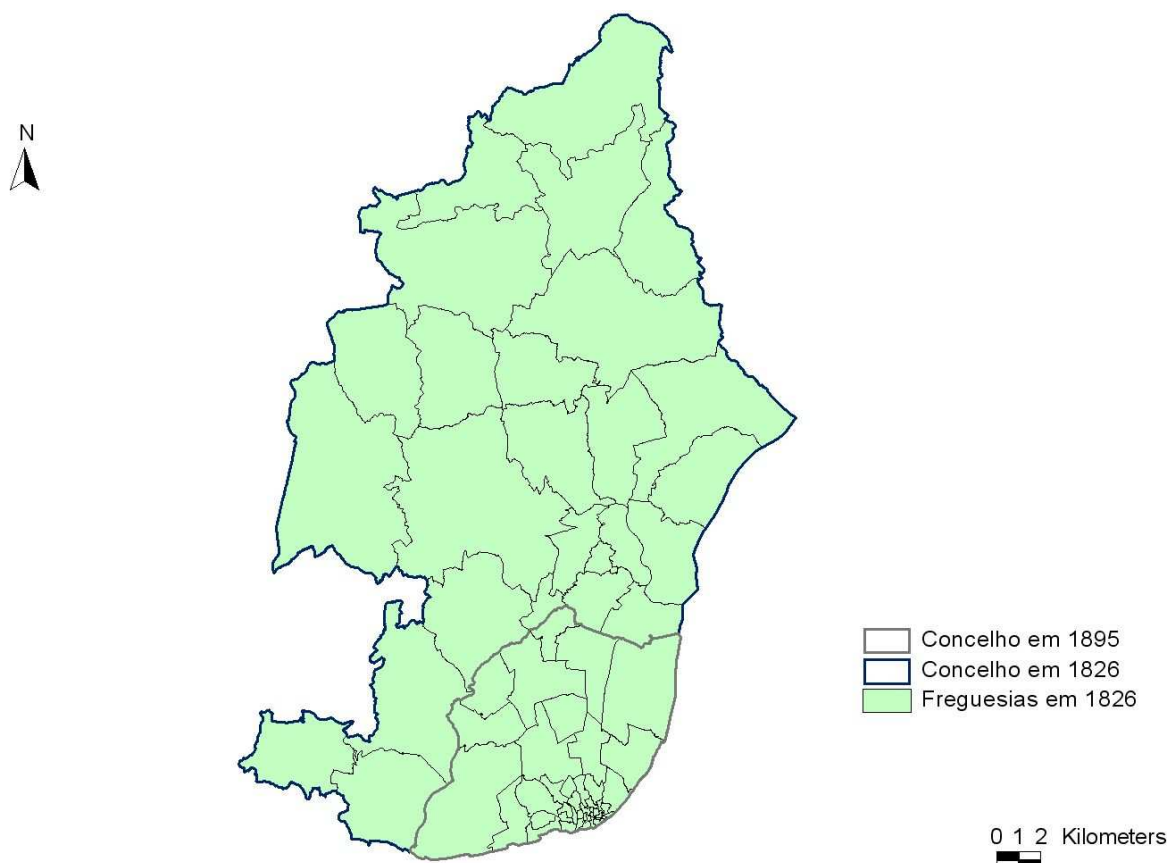


Figura 5. Lisboa antes do Liberalismo. Concelho e freguesias em 1826

No referido arquivo existem pelo menos mais duas cópias e em todas o traçado das freguesias foi riscado a cores sobre a parte impressa das cartas. A que foi utilizada representa a que estava em melhor estado de conservação e através da qual era mais fácil perceber as linhas de demarcação das freguesias, algo “apagadas” nos outros exemplares. O trabalho inicial passou por uma confrontação e comparação dos limites desenhados nas três cartas de modo a verificar se coincidiam, procurando desta forma aferir do rigor e qualidade dos desenhos a utilizar. Foi possível verificar que a coincidência das linhas de limites era quase perfeita. Para além disso, a utilização da *Carta Topográfica...* colocava-se como a escolha acertada pelo rigor e qualidade que, de forma unânime, são reconhecidos ao levantamento original [17].

Em conjugação e como auxiliar para a leitura desta carta foi utilizada uma outra existente no mesmo arquivo, a *Planta da Cidade de Lisboa. Nova denominação dos bairros pelo Alvará de 17 de Fevereiro de 1826*, onde eram igualmente traçados os limites das freguesias.

Através da *Carta Topográfica...* foi possível desenhar 39 freguesias. As diferenças essenciais entre esta carta e a que foi apresentada por Maria Alexandre Lousada resultam dos limites norte das freguesias e da não inclusão da freguesia de S. Bartolomeu do Beato. No primeiro caso, os limites que aquela autora considera “altamente discutíveis” são aqui apresentados igualmente com bastantes reservas, mas seguindo um critério simples: foram desenhados com base no colorido das cartas originais, quando este terminava, era concluído também o desenho no ArcView e “fechado” o polígono da respectiva freguesia. No caso da freguesia de S. Bartolomeu, acabámos por não a incluir pois a área desenhada na *Carta Topográfica...* era diminuta e terminava abruptamente com o fim da parte impressa da mesma.

A carta produzida, a que atribuímos a data de 1826, pode, contudo, ser utilizada para o fim do século XVIII e toda a primeira metade do século XIX, pois o redesenho das freguesias de Lisboa levado a cabo em 1780, em virtude da forçada reorganização urbanística da cidade devido ao Terramoto de 1755, manteve-se válido até 1852, com a excepção da criação da freguesia de Belém em 28 de Dezembro de 1833 e de três anexações ocorridas em 1835 e 1836 [18].

3. Lisboa em meados do século XIX

A Lisboa de meados do século XIX [figuras 4 e 6] resulta do trabalho feito sobre a *Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843 dividido em bairros e freguezias publicada em Lisboa em 1864* por Frederico Gavazzo Perry Vidal. Existem várias cópias desta carta, todas impressas e com o desenho dos limites das freguesias e bairros da capital feito a lápis, com várias cores. A utilizada foi uma das três existentes na Biblioteca Nacional. Existem ainda outras cópias da mesma no Museu da Cidade e na Sociedade de Geografia de Lisboa.

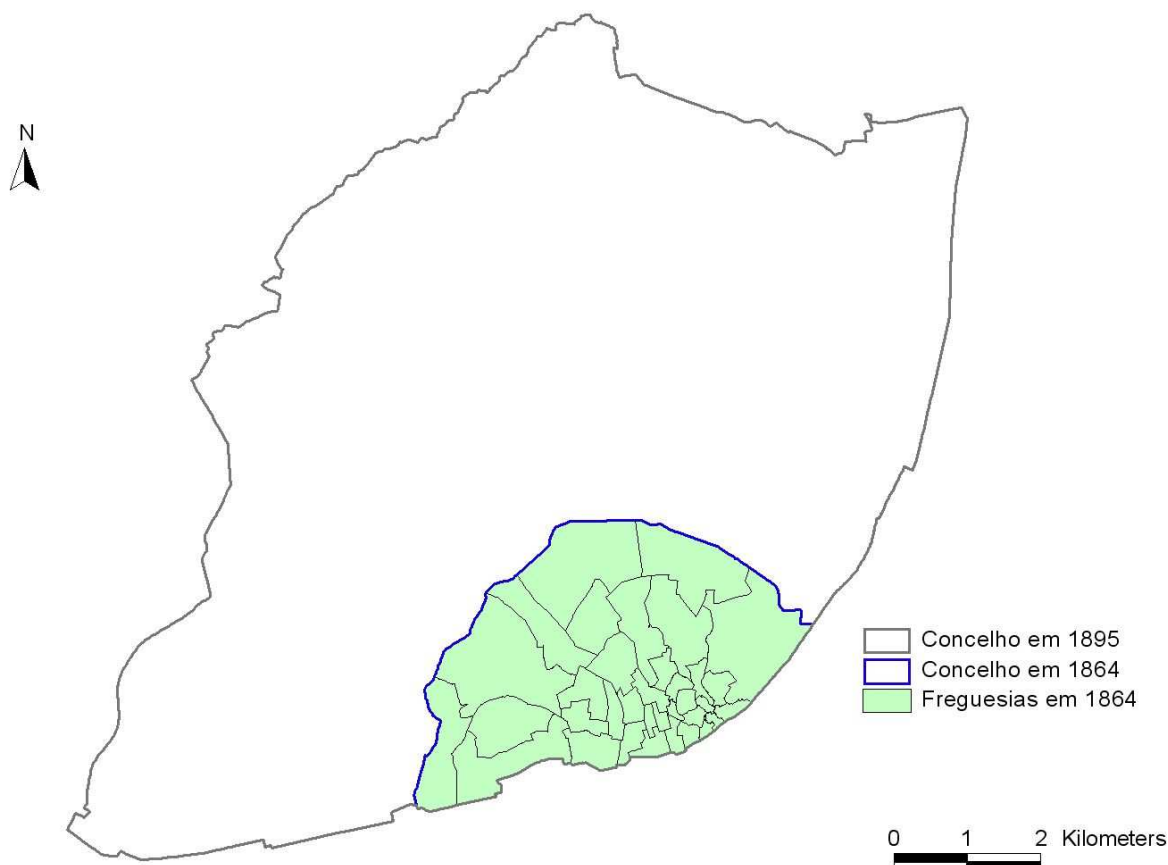


Figura 6. Lisboa em meados do século XIX. Concelho e freguesias em 1864

Uma vez mais, a utilização desta carta levou em conta não só a qualidade relativa da mesma, por comparação com as restantes cópias existentes, mas também as informações, uma vez mais, dadas por Vieira da Silva sobre o seu autor, engenheiro civil de profissão, e de como este teria “efectuado alguns trabalhos de campo para esse fim.” [19]

No desenho desta carta utilizou-se como auxiliar a conhecida carta topográfica de Lisboa de Filipe Folque, publicada em 1878.

Foram desenhadas 34 freguesias que, no ano de 1864, correspondiam à totalidade do concelho de Lisboa, entretanto, substancialmente reduzido a favor da criação de dois novos concelhos: Belém e Olivais. Os limites desenhados para as freguesias do centro são muito semelhantes aos de 1826. No que diz respeito às freguesias que passaram a fazer o limite do concelho, as diferenças são óbvias, fruto da criação da circunvalação, que dividiu algumas em freguesias intra e extra-muros. O desenho destas freguesias pode ser utilizado entre 1852 e 1885, pois durante estes 33 anos apenas ocorreu uma modificação resultante da anexação de duas freguesias, mas sem alteração das suas fronteiras com as restantes.

4. Lisboa no final do século XIX e início do século XX

Em 1885 Lisboa sofreu nova reestruturação administrativa, desta feita com a inclusão no respectivo concelho de algumas das freguesias que em meados do século tinha perdido para Belém e Olivais. Nesse ano foi definida nova circunvalação e após algumas hesitações legislativas a cidade cresceu até aos limites actuais. Nesse sentido, a carta com as freguesias de 1885 é a mesma que se pode desenhar de 1895 em diante, pelo menos, até ao fim da Monarquia, em 1910. Pelo meio, entre 1886 e 1895, o concelho chegou a incluir ainda as freguesias de Camarate e Sacavém [figuras 4 e 7].



Figura 7. Lisboa no final do século XIX. Concelho e freguesias em 1886

O desenho destas freguesias foi feito com base na *Planta de Lisboa. Seu porto, novas avenidas, etc.*, também conhecida como *Planta completa da cidade até ao limite da sua circunvalação*, publicada em anexo ao Anuário Comercial de 1909 e elaborada por Caldeira Pires. Segundo Augusto Vieira da Silva o “General Caldeira Pires coordenou e elaborou várias plantas de Lisboa” [20], tendo esta a particularidade de ser impressa a cores e apresentar os limites de todas as freguesias da capital. Está depositada na Biblioteca Nacional e é o único exemplar de que temos conhecimento. Esta mesma *Planta de Lisboa...* foi utilizada por Pedro Tavares de Almeida para o estudo dos comportamentos eleitorais nos últimos trinta anos da Monarquia, através de um conjunto de mapas cujos limites para as freguesias do centro da cidade, segundo o próprio, são pouco rigorosos [21].

São 42 as freguesias em 1885, 44 em 1886 e novamente 42 na carta de 1909 [22]. Esta última resulta das alterações introduzidas pelo decreto de 26 de Setembro de 1895. Tendo em conta que nestas várias datas não existiram alterações ao nível dos limites das freguesias, mas apenas quanto aos limites do concelho, com inclusão ou exclusão de novas paróquias, pensamos poder aplicar para todo o final do século XIX, com relativa segurança, o desenho elaborado com base na *Planta de Lisboa...* de 1909 [figura 8].

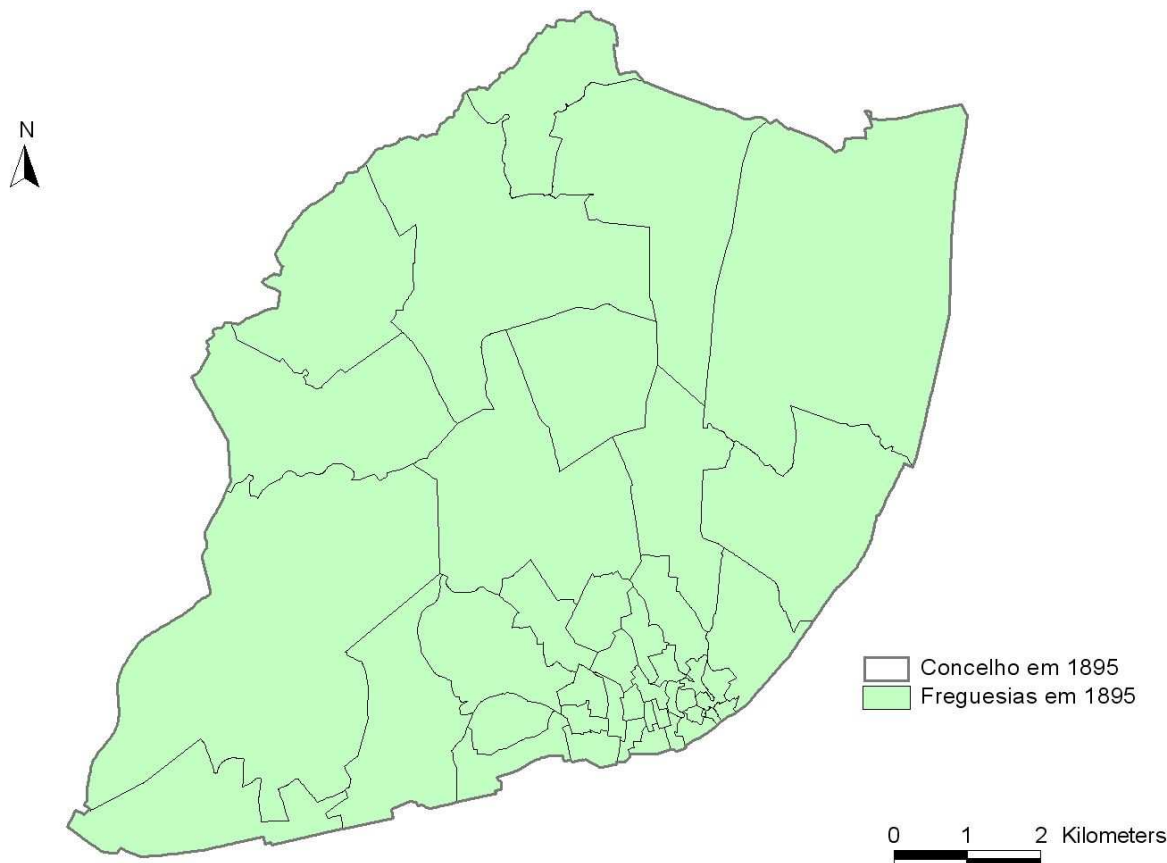


Figura 8. Lisboa no final do século XIX. Concelho e freguesias em 1895

CONCLUSÕES

A metodologia empregue neste trabalho poderia ter passado por outras opções, provavelmente, igualmente válidas. Uma delas seria a digitalização das cartas históricas originais e depois a elaboração dos polígonos através do desenho sobre as mesmas. Porém, isso tornaria muito mais complexa a futura compatibilização das diferentes cartas produzidas, pois partiam de escalas e projecções muito diferentes entre si.

Contudo, a opção tomada e em particular o recurso a um sistema de informação geográfica permitiram reconstituir com elevada fiabilidade os limites das freguesias de Lisboa ao longo de todo o século XIX e, o que é ainda mais significativo, disponibilizam uma ferramenta de análise espacial, em formato vectorial, que possibilitará, no futuro, o estudo comparativo de uma multiplicidade de variáveis históricas ao longo dos dois últimos séculos. Ao mesmo tempo constituiu um contributo importante para o desenvolvimento do projecto SIGMA ao permitir corrigir uma lacuna do sistema que impossibilitava cartografar, com algum rigor, a principal cidade do país.

Com o SIG das freguesias de Lisboa é possível representar, por exemplo, através de um processo de simples dissolução dos limites internos, outras características da divisão administrativa oitocentista, como é o caso dos bairros ou das chamadas paróquias civis. Inclusive, os resultados deste trabalho estão já a ser utilizados para a análise e representação cartográfica de várias temáticas ligadas à história de Lisboa, como as eleições, o estudo dos negociantes lisboetas ou a distribuição espacial do pequeno comércio, no final do século XIX.

REFERÊNCIAS

1. Os primeiros resultados deste projecto podem ser consultados através do site <http://www.fcsh.unl.pt/atlas>
2. *Carta Administrativa Oficial de Portugal (1991)*, Projecção original Hayford-Gauss Datum Lisboa, INE, 2005 e *Eixos das Via de Lisboa*, Projecção original Hayford-Gauss Datum 73, Câmara Municipal de Lisboa, 1991.
3. **Silveira, Luís Nuno Espinha da**, *Território e Poder*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 48.
4. **Silva, Augusto Vieira da**, *As freguesias de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1943, p. 20; **Lousada, Maria Alexandre**, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do Século XVIII a 1834*, Lisboa, 1995, policopiado, Vol. I, p. 104; **CNCDP**, *Cartografia de Lisboa, Séculos XVII a XX*, (catálogo da exposição), Lisboa, 1997, p. 33; **Silveira, Luís Nuno Espinha da**, ob. cit., p. 140.
5. **Câmara Municipal de Lisboa**, *Divisão administrativa de Lisboa*, Lisboa, C.M.L., 1960, pp. 5 a 8.
6. Uma apresentação detalhada desta metodologia encontra-se em **Silveira, Luís Nuno Espinha da**, ob. cit., pp. 137-140.

7. **Rodrigues, Teresa**, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, Lisboa, 1993, policopiado, pp. 40 a 51.
8. **Lousada, Maria Alexandre**, ob. cit., Vol. I, pp. 26 a 28 e 104 a 106.
9. **Silva, Augusto Vieira da**, *Notícia Histórica sobre o levantamento da planta topográfica de Lisboa*, Lisboa, 1914; *Os bairros de Lisboa*, Lisboa, Imp. Lucas, 1930; *Os Limites de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1941; *Plantas topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1950 e *Dispersos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1968.
10. **Fundação Calouste Gulbenkian**, *Cartografia Portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque (1750-1900)*, Lisboa, 1982 e CNCDP, ob. cit..
11. *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, e Bairro de Belém, até à Bateria do Bom Sucesso, levantada pelos oficiais do Real Corpo de Engenheiros Luís António de Mello, capitão, e os 1^{os}. Tenentes João Pedro Duarte Pereira, e João Damasceno da Cunha Pinto. Copiado no Real Arquivo Militar, Escala - 1:5000, s.l., s.n., s.d., Arquivo Militar (Arma de Engenharia); Vidal, Frederico Gavazzo Perry*, *Planta da cidade de Lisboa contendo o aterro da Bôa Vista, estações dos caminhos de ferro, circunvalação e todos os melhoramentos posteriores a 1843 dividido em bairros e freguezias publicada em Lisboa em 1864*, Escala - 1:5000, Lisboa, Lith. de Vasques & [?], 1864, Biblioteca Nacional; **Pires, Caldeira**, *Planta de Lisboa. Seu porto, novas avenidas, etc. (tem um segundo título Planta completa da cidade até ao limite da sua circunvalação)*, Sem Escala, Lisboa, Anuário Comercial, 1909, Biblioteca Nacional.
12. *Planta da Cidade de Lisboa. Nova denominação dos bairros pelo Alvará de 17 de Fevereiro de 1826*, Sem Escala, s.l., s.n., s.d., Arquivo Militar (Arma de Engenharia) e **Folque, Fillipe e Silva, F. M. Pereira da**, *Carta Topographica da Cidade de Lisboa e seus arredores referida a 30 de Junho de 1876, redigida e gravada sob a direcção do General Fillipe Folque e do Contra Almirante F. M. Pereira da Silva*, Escala - 1:5000, Lisboa, Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, 1878, Biblioteca Nacional.
13. ArcView 3.2; Extensões: Projecções de Portugal, ShapeWarp e Xtools.
14. **Vellozo, Eduardo O. Pereira Queiroz**, *Roteiro das ruas de Lisboa e immediações*, Lisboa, Typ. Soc. Typ. Franco Portuguesa, 1864; *Roteiro das ruas de Lisboa e immediações*, Lisboa, Typ. Portugueza, 1869; *Roteiro das ruas de Lisboa e immediações*, Lisboa, Typ. da Casa de Inglaterra, 1881; *Roteiro das ruas de Lisboa e concelho de Loures*, Lisboa, Typ. da Casa de Inglaterra, 1888.
15. Só nos interessava consultar as freguesias não urbanas da cidade, uma vez que para as restantes tínhamos cartografia que permitia identificar os seus limites nos vários momentos. Foi possível verificar os limites para as freguesias do Lumiar, Carnide, Benfica, Olivais, Ajuda, Alcântara e São Sebastião da Pedreira. Com a excepção de pequenas diferenças na fronteira entre Olivais e São Bartolomeu do Beato e no limite entre Ajuda e Alcântara, para todas as outras os livros das décimas confirmaram o desenho de 1909. Arquivo do Tribunal de Contas, Décima de Lisboa, DC, 244, AR; DC, 165, AR; DC, 883, AR; DC, 40, AR; DC, 1156, AR. Apesar da fonte não dar informação para outras freguesias, é de supor que as que são limítrofes às analisadas se mantiveram igualmente estáveis no período estudado.
16. **Silva, Augusto Vieira da**, *As freguesias de Lisboa*, p. 27.
17. **Silva, Augusto Vieira da**, *Notícia Histórica...*, p. 28; **Lousada, Maria Alexandre**, ob. cit., Vol. I, p. 27 e CNCDP, ob. cit., pp. 19, 33 e 34.
18. Ver referência 4.
19. **Silva, Augusto Vieira da**, *Notícia Histórica...*, p. 33.
20. *Idem*, p. 44.
21. **Almeida, Pedro Tavares de**, "Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910", in *Análise Social*, Lisboa, n.º 85, 1985, pp. 149 e seguintes.
22. Neste ponto é necessário referir que a *Planta de Lisboa...* de 1909 regista 43 freguesias em vez das 42 aqui apontadas, pois desenha separadamente as freguesias de S. Lourenço e S. Cristóvão, que à data já formavam uma única freguesia, pela anexação levada a efeito em virtude do Decreto de 23 de Dezembro de 1886.

Daniel R. ALVES
daniel_r_alves@hotmail.com

Daniel Ribeiro Alves é Assistente Convidado no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2002. Obteve a Licenciatura em História pela FCSH em 1995 e o Mestrado em História Contemporânea igualmente pela FCSH em 2001. Prepara actualmente o Doutoramento com um estudo sobre o pequeno comércio de Lisboa no final do século XIX. Colaborou em vários projectos de aplicação de sistemas de informação geográfica à investigação histórica desde 1995 e até ao presente. Em 2000 colaborou na implementação de um sistema de geomarkting na Tabaqueira SA. Colabora actualmente com a Associação de Professores de História como formador na área das novas tecnologias. Tem alguns trabalhos publicados em obras colectivas e em revistas de História. As actuais áreas de interesse centram-se na aplicação da informática à História, em particular na utilização de bases de dados relacionais e de SIG para o estudo da História Contemporânea.

Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
Portugal
Tel: 217933519
Fax: 217977759
URL: <http://www.fcsh.unl.pt/deps/historia> e <http://www.fcsh.unl.pt/atlas>